



Boletim de Legislação



EJEF - *escala que forma e informa*

Nº 793 – 22 de outubro de 2024

Abrangência: 12/10/2024 a 18/10/2024

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEF disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
LEI Nº 14.995	DOU; 10/10/2024	Institui o Programa Acredita no Primeiro Passo e o Programa de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial - Programa Eco Invest Brasil; altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para instituir o Programa de Crédito e Financiamento de Dívidas de Microempreendedores Individuais e Microempresas - Procred 360; institui o Programa de Renegociação de Dívidas de Microempreendedores Individuais, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas -Desenrola Pequenos Negócios; cria linha de crédito especial para financiar a aquisição de veículos destinados à renovação da frota utilizada na prestação de serviços de táxi; altera a Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, e as Leis nºs 7.827, de 27 de setembro de 1989, 10.735, de 11 de setembro de 2003, 12.087, de 11 de novembro de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 13.606, de 9 de janeiro de 2018, 14.042, de 19 de agosto de 2020, 14.165, de 10 de junho de 2021, e 14.166, de 10 de junho de 2021; e dá outras providências.	Lei 14.995 (Site da Presidência da República)

LEI Nº 15.001	DOU; 17/10/2024	Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 10.973, de 2 de dezembro de 2004, para estabelecer requisitos mínimos de transparência pública e controle social em matéria educacional.	Lei 15.001 (Site da Presidência da República)
---------------	--------------------	--	--

ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA/SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE/COORDENAÇÃO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 252	DOU; 18/10/2024	Dispõe sobre as diretrizes nacionais para a segurança e proteção integral de adolescentes e jovens em restrição e privação de liberdade no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.	Res. 252 (Site da Imprensa Nacional)

ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 585	DJE/CNJ; 17/10/2024	Institui o Fórum Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ e o Formulário de Registro de Ocorrência Geral de Emergência e Risco Iminente às Pessoas LGBTQIA (Formulário Rogéria) no âmbito do Poder Judiciário, e dá outras providências.	Res. 585 (Site do CNJ)

ATOS NORMATIVOS DA SECRETARIA ESPECIAL DE PROGRAMAS, PESQUISAS E GESTÃO ESTRATÉGICA DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 3	DJE/CNJ; 15/10/2024	Regula o uso e o funcionamento do Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário – Sisbajud e apresenta o seu regulamento.	Port. 3 (Site do CNJ)

LEGISLAÇÃO MINEIRA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 48.914	Minas Gerais; 12/10/2024	Altera o Decreto nº 48.886, de 28 de agosto de 2024, que dispõe sobre a limitação do crescimento anual das despesas primárias do Estado em decorrência de sua adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, nos termos do inciso V do § 1º do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 159, de 19 de maio de 2017.	Dec. 48.914 (Site da ALMG)

DECRETO Nº 48.917	Minas Gerais; 17/10/2024	Altera o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.	Dec. 48.917 (Site da ALMG)
DECRETO Nº 48.921	Minas Gerais; 18/10/2024	Altera o Decreto nº 48.270, de 22 de setembro de 2021, que institui a Casa de Custódia do Agente de Segurança Penitenciário e do Agente de Segurança Socioeducativo no âmbito do Estado.	Dec. 48.921 (Site da ALMG)
DECRETO Nº 48.922	Minas Gerais; 19/10/2024	Altera o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, e dá outras providências.	Dec. 48.922 (Site da ALMG)

ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 6.906	DJE; 14/10/2024	Designa Juíza Coordenadora e Juiz-Adjunto do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Conselheiro Lafaiete.	Port. 6.906 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.907	DJE; 14/10/2024	Designa juíza leiga para atuar em unidade jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais.	Port. 6.907 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.908	DJE; 15/10/2024	Designa juíza leiga para atuar em unidade jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais	Port. 6.908 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.909	DJE; 15/10/2024	Regulamenta o Programa Conhecendo o Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	Port. 6.909 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.910	DJE; 15/10/2024	Designa os integrantes do Comitê Técnico Gestor do Sistema Eletrônico de Execução Unificado no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	Port. 6.910 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.911	DJE; 16/10/2024	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de São Roque de Minas.	Port. 6.911 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.912	DJE; 16/10/2024	Torna sem efeito a designação de juiz leigo para unidade jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais.	Port. 6.912 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.913	DJE; 17/10/2024	Designa Juíza Coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Carangola	Port. 6.913 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.604	DJE; 16/10/2024	Institui ação coordenada de cooperação entre as unidades judiciárias que especifica para expedição de alvarás judiciais.	Port. Conj. 1.604 (Site do TJMG)

ATOS NORMATIVOS DA TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 3.997	DJE; 14/10/2024	Dispõe sobre a prorrogação do prazo do cadastramento de Câmara de Procedimentos Adequados de Resolução de Conflitos (CPARC) como Câmara Privada de Conciliação e Mediação.	Port. 3.997 (Site do TJMG)

ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO Nº 48	DJE; 14/10/2024	Avisa sobre a disponibilização de arquivo contendo informações sobre o padrão de desempenho, de produtividade e de prestação no exercício jurisdicional, relativo ao período de outubro de 2023 a setembro de 2024.	Aviso 48 (Site do TJMG)
AVISO Nº 49	DJE; 18/10/2024	Divulga procedimentos para a acumulação dos serviços notariais e de registro não providos no Concurso Público de Provas e Títulos para Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado de Minas Gerais regido pelo Edital nº 1/2019.	Aviso 49 (Site do TJMG)
AVISO Nº 50	DJE; 18/10/2024	Divulga procedimentos para a transição dos serviços notariais e de registro em razão do provimento por Concurso Público de Provas e Títulos para Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado de Minas Gerais regido pelo Edital nº 1/2019.	Aviso 50 (Site do TJMG)
AVISO CONJUNTO Nº 2	DJE; 15/10/2024	Avisa sobre os procedimentos para a correção das peças processuais dos processos virtualizados e devolvidos à Primeira Instância para adequação.	Aviso Conj. 2 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.180	DJE; 14/10/2024	Reconduz juiz de direito para o exercício das funções de Juiz Corregedor de presídios da Comarca de Itambacuri.	Port. 8.180 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.181	DJE; 14/10/2024	Reconduz juiz de direito para o exercício das funções de Juiz Corregedor de presídios da Comarca de São Lourenço.	Port. 8.181 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.182	DJE; 14/10/2024	Reconduz juíza de direito para o exercício das funções de Juíza Corregedora de presídios da Comarca de São Sebastião do Paraíso.	Port. 8.182 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.185	DJE; 14/10/2024	Reconduz juiz de direito para o exercício das funções de Juiz Corregedor de presídios da Comarca de Timóteo.	Port. 8.185 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.186	DJE; 14/10/2024	Reconduz juiz de direito para o exercício das funções de Juiz Corregedor de presídios da Comarca de Ubá.	Port. 8.186 (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 8.188	DJE; 18/10/2024	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial na Vara Única da Comarca de Nova Resende, para fiscalização dos serviços do foro judicial.	Port. 8.188 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.189	DJE; 18/10/2024	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial nas 2ª e 4ª Varas Cíveis da Comarca de Governador Valadares, para fiscalização dos serviços do foro judicial.	Port. 8.189 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 8.190	DJE; 18/10/2024	Determina a realização de Inspeção Técnica na Comarca de Galiléia para fiscalização dos serviços notariais e de registro.	Port. 8.190 (Site do TJMG)
PROVIMENTO Nº 421	DJE; 14/10/2024	Altera e acresce dispositivos ao "caput" do art. 347 do Provimento nº 355, de 18 de abril de 2018, o qual "Institui o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais - CGJ, que regulamenta os procedimentos e complementa os atos legislativos e normativos referentes aos serviços judiciários da Primeira Instância do Estado de Minas Gerais".	Prov. 421 (Site do TJMG)
RECOMENDAÇÃO Nº 4	DJE; 14/10/2024	Recomenda sobre o procedimento de arquivamento definitivo dos processos após a expedição de ofício precatório ou de requisição de pequeno valor e realização de intimação das partes.	Recom. 4 (Site do TJMG)

Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca
Sugestões ou críticas: E-mail: cobib@tjmg.jus.br

Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br. O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.